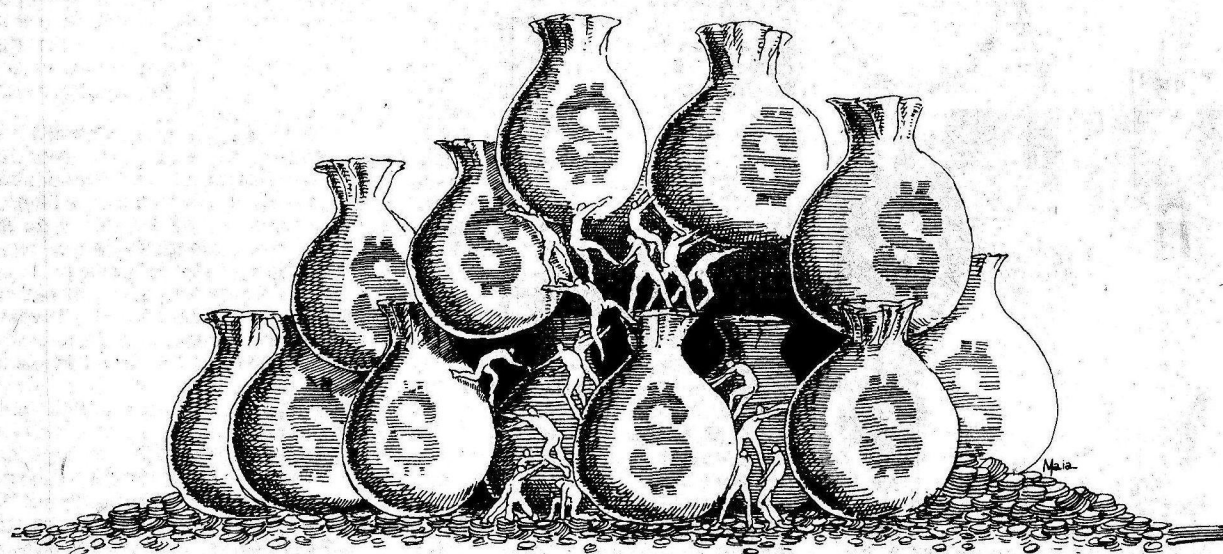


US\$ 6 bi de superávit comercial

A meta da nossa balança comercial foi atingida um mês antes do final do ano. E com o resultado de dezembro, o superávit pode atingir até US\$ 6,4 bilhões.



Alívio: estão chegando mais dólares.

Na próxima segunda-feira o Brasil começará a receber o US\$ 1,8 bilhão de empréstimos bancários que estavam retidos desde que o Brasil deixou de cumprir as metas de seu primeiro acordo com o FMI. Esse anúncio foi feito ontem por William Rhodes, do Citibank, que preside o comitê assessor da renegociação da dívida brasileira. Além disso, o board do Banco Mundial poderá aprovar, em sua reunião de amanhã, cinco projetos de financiamento em favor do Brasil, no montante de US\$ 600 milhões.

Dos cinco projetos, dois são do setor de energia, no valor de US\$ 430 milhões; um no de educação e dois créditos suplementares para a Codevasf e o Polonoroeste. Do total de recursos, uma parcela, correspondente a US\$ 100 milhões, poderá ser desembolsada imediatamente, acrescentando-se aos desembolsos efetivos realizados pelo Bird e que, no período de janeiro/novembro, já alcançaram US\$ 1 bilhão, podendo fechar o ano com até US\$ 1,3 bilhão.

Segundo uma fonte do Banco Mundial, aprovados os projetos no board da instituição, em sua reunião de amanhã, o que parece definido, os contratos serão assinados no próximo dia 14, passando a vigorar imediatamente, inclusive com a liberação da parcela do primeiro desembolso.

Alívio

O Banco Central planeja retomar suas operações normais de câmbio a partir de 1º de janeiro, soube-se em Nova York. O BC tem seguido, há meses, a prática de adiar por longos períodos a conversão de cruzeiros em dólares para pagamentos ao Exterior, em prejuízo de negócios e pessoas que devem receber em dólares no Exterior. A explicação tem sido o problema criado pela suspensão dos empréstimos do FMI e bancos estrangeiros, desde o primeiro semestre deste ano, o que deixou o Banco Cen-

tral sem dólares para os pagamentos.

Entretanto, após a assinatura do novo acordo com o Fundo, essa situação vem melhorando progressivamente. Um exemplo disso é a liberação da segunda e da terceira cota do empréstimo-jumbo de US\$ 4,4 bilhões feito no início do ano pelos bancos privados, anunciada para a próxima segunda-feira por William Rhodes. Além de liberar esse dinheiro (US\$ 1,8 bilhão), os bancos, ainda segundo Rhodes, já se comprometeram a emprestar mais US\$ 6,2 bilhões, dentro do novo empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões que está sendo organizado e deverá ser concretizado no próximo dia 14.

Rhodes informou em Londres — onde está participando de um seminário sobre o sistema bancário internacional, organizado pelo Financial Times — que os atrasos de pagamento por parte do Brasil já atingiram a soma de US\$ 3 bilhões, mas disse acreditar que até o final do ano o País estará em dia com seus débitos.

Viagem

O ministro do Planejamento, Delfim Neto, inicia hoje uma viagem de uma semana ao Oriente Médio e à Europa, visitando a Espanha, a Arábia Saudita, Abu Dhabi, Bahrein e a Inglaterra, retornando ao Brasil no próximo dia 14. O objetivo é conversar com banqueiros e autoridades desses países, para convencê-los a apoiar o programa de refinanciamento da dívida externa brasileira, especialmente obter adesão dos bancos espanhóis e árabes ao jumbo de US\$ 6,5 bilhões, cujos contratos deverão ser assinados na segunda quinzena deste mês, em Nova York.

Em Riad, o ministro do Planejamento fará gestões junto às autoridades sauditas em favor da liberação da primeira parcela do empréstimo de US\$ 6 bilhões que a Arábia

Saudita concedeu ao Fundo Monetário Internacional, recursos que serão repassados ao Brasil, de acordo com o financiamento concedido pela instituição, no valor de US\$ 4,8 bilhões, pelo prazo de três anos.

O ministro do Planejamento também deseja que um número maior de bancos árabes participe do jumbo, justificando-se sua visita a Bahrein, o principal centro financeiro do Oriente Médio, onde ele pretende entrevistar-se com os principais banqueiros árabes.

Amanhã o ministro estará em Madri, para contatos com autoridades financeiras e banqueiros privados. Na sexta-feira à noite segue para o Oriente Médio, onde cumprirá o seguinte programa: sábado e domingo, Bahrein; segunda-feira, Abu Dhabi; terça-feira, Riad; quarta-feira, Kuwait; e quinta Londres, quando retornará ao Brasil.

De 10 a 24 de março do próximo ano, 15 jornalistas japoneses, norte-americanos e europeus visitarão o Brasil, a convite do Banco Mundial, "para conhecer os aspectos positivos do País e verificar que, além de uma dívida externa elevada, o Brasil tem potencialidade e recursos para saldá-la".

A informação foi dada pelo diretor de Relações Públicas do Banco Mundial, Martin Koelle, que se encontra em Brasília acertando os detalhes da visita com as autoridades. Segundo Koelle, os jornalistas visitarão as usinas hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, os programas do Polonoroeste, inclusive as zonas mais avançadas da fronteira agrícola, no extremo Norte do País, o Projeto Carajás, as frentes de serviço da seca nos Estados do Ceará e do Piauí, "para conhecerem também o outro lado do progresso", os projetos da Embraer em São Paulo, e encerrarão a viagem reunindo-se com técnicos do BNDES, no Rio de Janeiro e ouvindo uma palestra do secretário-geral da Seplan, José Flávio Pécora.

Com um mês de antecedência, o País conseguiu alcançar a meta de superávit de US\$ 566 milhões em novembro elevou para US\$ 6 bilhões de saldo na balança comercial fixada para este ano. O 6,048 bilhões o saldo acumulado nos 11 primeiros meses do ano, com reais possibilidades de atingir US\$ 6,4 bilhões.

Esses resultados foram anunciados ontem no Rio pelo diretor da Cacex (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil), Carlos Viacava, que também antecipou as diretrizes básicas do comércio exterior para 1984: eliminação dos impostos de exportação para os produtos agrícolas; aumento de Cr\$ 2,143 trilhões para Cr\$ 4,5 trilhões dos financiamentos às exportações; manutenção da política de minidesvalorização do cruzeiro e do crédito-prêmio do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), da ordem de 11%, durante 1984.

Os impostos de exportação, segundo Viacava, serão eliminados por etapas, de acordo com decisão já adotada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Atualmente, aqueles impostos incidem na alíquota de 10% para o algodão e de 5% para o complexo soja (grão, óleo, farelo), milho, carne in natura, cacau, rami, sisal, madeira e seda. O imposto de 5% cairá um ponto percentual mensalmente, a partir deste mês, chegando a zero em abril de 1984. Em relação ao cacau, o imposto passará para 3% este mês, 2% em janeiro e 1% em fevereiro, zerando em março de 1984.

Míni sim, máxi não.

A política cambial de minidesvalorizações, acompanhando a inflação, será mantida. Segundo Viacava, a decisão do governo traz grandes benefícios às exportações de manufaturados, já que os preços industriais no atacado estão inferiores à inflação, o que permite ao exportador continuar ganhando. Diante daqueles benefícios, Viacava negou a possibilidade de uma maxidesvalorização do cruzeiro.

A parte relacionada com os recursos dos financiamentos às exportações, embora equacionada,



Viacava: definições para 84.

segundo Viacava, dependerá ainda de aprovação do CMN na sua reunião do próximo dia 14. Os recursos poderão ser elevados de Cr\$ 2,143 trilhões, em 1983, para Cr\$ 4,5 trilhões em 1984. Em 1983, metade dos recursos foi despendida com financiamentos e a outra metade com subsídios. Quanto aos financiamentos das Resoluções 674 e 643 do Banco Central (incentivos às exportações de manufaturados), os juros serão eliminados em parte, continuando "algum subsídio", disse.

Sobre os juros dos financiamentos às exportações, Viacava explicou ainda que no momento são de 60% fixos mas poderão passar para de 75% a 80% da correção monetária mais 3% ao ano, segundo proposta existente no Conselho Monetário. Viacava afirmou que é exagerada a tendência de elevar os juros para de 90% a 95% da correção monetária mais 3% ao ano.

O diretor da Cacex anunciou também as seguintes medidas para garantir um fluxo normal das importações em 1984: descentralização, desburocratização na sistemática dos programas e na emissão de guias de importação e exclusão, das importações sob o regime de drawback, das regras e controles dos programas de importação.

Em relação à descentralização, são as seguintes as providências da Cacex: dispensa de apresentação de programas para importação até US\$ 10 mil anuais; simplificação e aprovação automática para programas até US\$ 50 mil, de matérias-primas e componentes, para uso próprio; aprovação automática, pe-

las agências da Cacex, de programas até US\$ 2 milhões, exclusive operações conduzidas sob regime de drawback.

Juros suportáveis

O presidente-eleito da Associação dos Exportadores Brasileiros (AEB), Laerte Setúbal, afirmou ontem no Rio que é suportável aceitar taxas de juros sobre os financiamentos às exportações de 75% da correção monetária mais 3% ao ano e que a imposição de sacrifícios aos exportadores provoca maior pressão sobre o cruzeiro, criando novas expectativas em torno da taxa de câmbio.

Acrescentou que a AEB defende a mudança progressiva da base de cobrança dos juros: 70% da correção monetária mais 3% ao ano nos primeiros três meses de 1984, passando para 80% da correção monetária mais 3% ao ano no trimestre seguinte. No segundo semestre seriam fixados juros de 90% da correção monetária mais 3% ao ano.

Em Porto Alegre, o chefe do Departamento de Promoção e Mercados da Cacex, José Carlos Coimbra, considerou haver boas perspectivas para as exportações brasileiras em 1984, que possibilitarão ao País atingir a meta de superávit de US\$ 9 bilhões na balança comercial. Disse que o primeiro fator positivo para a comercialização brasileira no próximo ano é o reaquecimento da economia norte-americana, que deverá crescer cerca de 7%.

Atualmente, frisou, os Estados Unidos absorvem 21% das exportações brasileiras, e há condições de o Brasil vender muito mais, não apenas em função do reaquecimento daquele mercado, como através de maior agressividade. Além disso, prosseguiu, há a perspectiva de reaquecimento das economias de outros países desenvolvidos e de uma estabilização das taxas de juros.

Além do aumento das exportações, o superávit de US\$ 9 bilhões na balança comercial poderá ser alcançado em 1984, segundo Coimbra, em função da manutenção das importações na faixa de US\$ 16 bilhões.

Missão do FMI constata: estamos poupando mais.

A chefe adjunta da Divisão do Atlântico do Fundo Monetário Internacional, Ana Maria Jul, disse ontem que o Brasil poderá obter maior credibilidade junto à comunidade financeira internacional se optar pela continuidade do programa de ajuste econômico, depois de vencidos os três anos estabelecidos pelo atual acordo firmado com o organismo. A decisão de recorrer ao FMI, entretanto, dependerá certamente do próximo presidente brasileiro, observou Jul.

Ana Maria Jul disse também que tem agrado ao FMI o fato de estar sendo contida a expansão dos meios de pagamento (moeda em poder do público e depósitos à vista nos bancos comerciais) no Brasil.

Ela observou que enquanto o crescimento dos meios de pagamento tem-se reduzido, os depósitos em poupança, por outro lado, vêm apresentando elevações satisfatórias.

Isto significa, segundo explicou a economista do FMI, que tem havido uma diminuição na demanda de bens de consumo em favor de um aumento nos depósitos das cadernetas de poupança. Ela destacou que é importante que o governo assegure a manutenção de uma taxa de juros interna realista, para possibilitar o crescimento da capacidade de poupança do País.

Ana Maria Jul afirmou que esta missão do FMI, composta por ela e pelo economista Henri Ghesquire,

não tem o mesmo poder de consultas e negociações que as outras, que já estiveram no País. Ela justificou sua vinda apenas pela necessidade de uma maior proximidade física, em relação aos técnicos brasileiros, o que facilita a coleta de dados estatísticos.

Amanhã, feriado em Brasília, os dois técnicos do FMI vão ao Rio, para se reunir com economistas da Fundação Getúlio Vargas. Jul e Ghesquire tiveram ontem reuniões nas Secretarias de Abastecimento e Preços (Seap), da Receita Federal (SRF) e de Articulação com Estados e Municípios (Sarem). Hoje eles trabalharão no Departamento Econômico do Banco Central e na Seplan.